

## PROCESSO DE BOLSA

### ANEXO IX COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA.

➡ - Este documento deve ser preenchido pelo responsável pelo grupo familiar -

Nome: \_\_\_\_\_  
Estado Civil: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na Rua (Av., praça, etc.) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, nº: \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_

DECLARO os devidos fins que RESIDEM comigo na mesma residência as seguintes pessoas:

- 1 - \_\_\_\_\_ Parentesco \_\_\_\_\_
- 2 - \_\_\_\_\_ Parentesco \_\_\_\_\_
- 3 - \_\_\_\_\_ Parentesco \_\_\_\_\_
- 4 - \_\_\_\_\_ Parentesco \_\_\_\_\_
- 5 - \_\_\_\_\_ Parentesco \_\_\_\_\_
- 6 - \_\_\_\_\_ Parentesco \_\_\_\_\_

Conforme portaria do MEC Portaria Normativa nº 10

, de 27 de junho de 2012, são considerados parentes o cônjuge, o companheiro (a), parentes até o segundo grau (pai, padrasto, mãe, madrasta, filho, filha, enteado, enteada, irmão, irmã, avô e avó) e os menores sob guarda, tutela e curatela com apresentação do documento específico.

Declaro ainda que a afirmação acima é verdadeira e que estou ciente de que a omissão ou a falsidade das informações prestadas implicarão no pagamento integral do benefício concedido ilegalmente e na adoção das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a Comissão de Avaliação e Fiscalização a confirmar e averiguar a informação acima.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante

**(Reconhecer firma do declarante)**

➡ Referente ao aluno \_\_\_\_\_

Matrícula \_\_\_\_\_ Série: \_\_\_\_\_